



Cimeira EUA-África - Sob o lema “Investir na próxima geração”, decorreu, em Washington, entre 4 e 7 de agosto a Cimeira EUA- África. A questão dos convites, à semelhança do que tinha acontecido na Cimeira UE-UA deste ano, levantou problemas. Foram convidados 49 estados africanos, tendo ficado de fora o Zimbábue, o Sudão, a Eritreia e a República Centro-Africana. A Guiné Bissau que, num primeiro momento, não tinha sido convidada, acabou por receber o convite devido à tomada de posse do novo Governo e Presidente. [Pág. 2/3](#)

O Regresso da France-Afrique - Após as independências das colónias africanas francesas, as novas elites mantiveram fortes ligações à França. Paralelamente, a França foi reforçando a sua presença nestes novos países, através de técnicos franceses, empresários e a de tropas que ajudavam os líderes africanos a manterem-se no poder. Esta relação especial e próxima entre a França e a África francófona ficou conhecido pelo termo de France-Afrique. [Pág. 4/5](#)

Governo Moçambicano e RENAMO chegam a um Acordo - A 5 de agosto, e após 69 rondas negociais que duraram mais de um ano e meio, o Governo moçambicano e a RENAMO chegaram a um acordo que permitiu pôr fim às hostilidades no país. Este acordo, para além do significado que tem em termos nacionais e que permite que o processo eleitoral de outubro avance, tem forte impacto em termos internacionais, pois ajudará a melhorar a imagem do país junto dos investidores. [Pág. 5/6](#)

Boko Haram declarada criação de Califado - Fruto do sucesso das suas atividades militares na Nigéria, especialmente no norte do país, o líder do movimento Boko Haram, Abubabar Shekau, declarou em finais de agosto, a criação do califado islâmico em Gwoza, um município do estado de Borno no nordeste da Nigéria. [Pág. 7/8](#)

Alastramento da Epidemia do Ébola - O surto do vírus do Ébola, que teve o seu epicentro na África Ocidental, começou a expandir-se para novos países. Depois de uma fase inicial, em que a comunidade internacional marginalizou o problema, começou a haver reais esforços de coordenação internacionais face ao agravamento da situação. Países como os EUA e o Reino Unido começaram a disponibilizar fundos financeiros aos países afetados. Também a União Europeia começou a apoiar os esforços de combate a esta epidemia. [Pág. 8](#)

General António Indjai Exonerado - O Presidente da República da Guiné-Bissau, José Mário Vaz, exonerou, a 15 de setembro, o General António Indjai do cargo de Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) da Guiné Bissau. [Pág. 9](#)

As Missões da ONU em África - Das 16 Missões de Paz que a ONU tem em curso em 2014, 9 são em África. Estas missões foram criadas para apoiar os países e territórios abrangidos a ultrapassarem crises de instabilidade, conflito e apoiar a normalização da situação no terreno. [Pág. 9/12](#)



Cimeira EUA-África

■ Luís Castelo Branco

Sob o lema “Investir na próxima geração”, decorreu, em Washington, entre 4 e 7 de agosto a Cimeira EUA-África.

A questão dos convites, à semelhança do que tinha acontecido na Cimeira UE-UA deste ano, levantou problemas. Foram convidados 49 estados africanos, tendo ficado de fora o Zimbábue, o Sudão, a Eritreia e a República Centro-Africana. A Guiné Bissau que, num primeiro momento, não tinha sido convidada, acabou por receber o convite devido à tomada de posse do novo Governo e Presidente.

A questão do Sahara Ocidental levantou, desde logo, alguns problemas, com a União Africana a estranhar o facto de este seu membro não ter sido convidado. Porém, a proximidade dos EUA em relação a Marrocos explica bem a ausência de convite.

Por ocasião da Cimeira da União Africana, que se realizou em Malabo, Guiné Equatorial, em junho, os países africanos começaram a preparar a renegociação da African Growth Opportunity Act (AGOA), com o objetivo de coordenarem posições antes da Cimeira EUA-África.

A ideia dos estados africanos era a de terem uma posição comum nas reuniões com os norte-americanos, nomeadamente nos sectores do comércio, investimento e energia.

A grande dependência da economia dos EUA em relação ao petróleo é bem conhecida. O objetivo estratégico norte-americano é o de alterar, até 2025, a dependência de 75% das suas importações de petróleo, do Médio Oriente por outros destinos. Nesta lógica, África com as suas abundantes fontes de petróleo era uma opção a explorar. Assim sendo, o petróleo africano tem vindo a ganhar importância na economia norte-americana, passado de 14% em 2000 para 25% em 2014, oriundo de países como a Nigéria, Angola, Chade e a Guiné Equatorial.

A Cimeira abordou as ameaças que pairavam sobre o continente africano, nomeadamente os ataques do movimento radical islâmico Boko Haram na Nigéria, a guerra civil no Sudão do Sul ou as ofensivas dos rebeldes shabab somalis no Quênia. A Cimeira foi marcada, à última hora, pelo avanço do vírus ébola na África Ocidental. Os presidentes da Guiné Conacri, Libéria e Serra Leoa, acabaram por não ir a Washington para poderem acompanhar, de perto, a situação de emergência médica que se vive nos seus respetivos países.

Apesar destas questões, a Cimeira teve também uma forte componente económica, com um programa centrado nas oportunidades de um continente onde 60% da população tem menos de 35 anos e com perspectivas de crescimento superiores ao resto do mundo (5,4% este ano e 5,8% para 2015, segundo o Fundo Monetário Internacional).

A Cimeira foi, igualmente, vista como uma tentativa norte-americana de recuperar algum terreno em África. Quando Obama chegou ao poder pensou-se que África passaria a ter um lugar de destaque na política externa norte-americana, porém, com o passar do tempo, esse entusiasmo foi-se esbatendo. Após uma breve visita ao Gana, em 2009, Obama só regressaria a África em 2013 para fazer um périplo por vários países africanos.

Esta iniciativa norte-americana pretendia, assim, alcançar dois objetivos. Por um lado, o continente africano, marcado pelo crescimento económico, tem sabido diversificar as suas relações procurando o apoio de novos parceiros internacionais, nomeadamente a China, Japão, Índia e Brasil. Este novo relacionamento tem provocado um certo afastamento dos parceiros tradicionais de África, inclusivamente dos EUA.

Os EUA pretendem intervir em África em duas áreas. A primeira, a área económica, havendo uma clara aposta no aumento das relações comerciais e energéticas. Porém, neste campo os EUA já foram, há muito, ultrapassados pela China que é o principal parceiro comercial do continente com valores a chegarem aos 200 mil milhões de USD na última década, enquanto os EUA se ficaram pelos 85 mil milhões de USD.

Obama aproveitou a Cimeira para promover dois dos seus principais projetos para África. O primeiro, o Power Africa, lançado em 2013, que visa abastecer de energia elétrica 20 milhões de casas em África, o segundo, o AGOA, visa convencer o Congresso dos EUA a renovar, para além de 2015, esta iniciativa comercial que concede facilidades alfandegárias para a entrada de produtos africanos no mercado norte-americano.

A segunda área de intervenção prioritária dos EUA é a segurança. A crescente utilização de alguns países africanos quer como base de apoio ou como centro de operações de grupos radicais, fez com que Washington acelerasse o seu envolvimento político e militar com o



Continente. Para além do reforço dos acordos de cooperação militar com vários países africanos, foram também enviados assessores militares e material militar.

Paralelamente, há a preocupação norte-americana em reforçar a capacidade africana, através da União Africana ou de organizações regionais, na criação de missões de paz que permitam resolver alguns conflitos no continente.

Ao contrário do que pretendiam os líderes africanos, o Presidente Obama não se reuniu bilateralmente com os seus homólogos africanos argumentando que não haveria tempo para o fazer com todos. Apenas os Presidentes da África do Sul e da Nigéria foram recebidos pelos Vice-presidente norte-americano, Joe Biden, todos os outros representantes africanos foram recebidos apenas pelo Secretário de Estado John Kerry. Esta decisão não foi bem aceite pela parte africana, tendo em conta que nas Cimeira China – África, os dirigentes chineses têm sempre encontros com os seus homólogos africanos.

No final da Cimeira, o Presidente norte-americano defendeu que chegou o momento de alterar o relacionamento económico entre os EUA e os países africanos, passando do modelo assente na cooperação e ajuda ao desenvolvimento para uma nova fase que aposta em trocas comerciais mutualmente benéficas para ambas as partes.

Esta aposta no reforço das trocas comerciais traduziu-se, desde logo, na realização, no segundo dia da Cimeira, de um fórum económico durante o qual o Presidente Obama fez saber que um conjunto de empresas norte-americanas iria apoiar projetos no valor de 14 mil milhões de USD.

Estas empresas vão apostar em projetos nas áreas da energia, construção, agricultura, serviços financeiros e tecnologias de informação. Entre as empresas envolvidas estão algumas das mais importantes nos EUA, nomeadamente, a General Electric, a Ford, o Citigroup, a IBM e a Wal-Mart.

Para além destes assuntos centrais, a Cimeira também abordou questões relacionadas com a segurança alimentar em África, consequências das alterações climáticas no continente e a maneira de as enfrentar, igualdade de género, criação e oportunidades para a juventude e saúde.

Uma das iniciativas simbólicas mais importantes desta Cimeira foi o reforço do programa de concessão de bolsas de formação de jovens líderes africanos intitulado Washington Fellowship for Young African Leaders, o qual, em honra de Nelson Mandela, se passará a chamar Mandela Washington Fellowship. Pretende-se que este programa passe a abranger 1.000 jovens africanos em 2016.

O objetivo é o de permitir que jovens africanos reforcem as suas capacidades com vista a contribuírem para o reforço das instituições democráticas africanas, promover o crescimento económico do Continente e apoiar a paz e a segurança.





O Regresso da France-Afrique

Após as independências das colónias africanas francesas, as novas elites mantiveram fortes ligações à França. Paralelamente, a França foi reforçando a sua presença nestes novos países, através de técnicos franceses, empresários e a de tropas que ajudavam os líderes africanos a manterem-se no poder. Esta relação especial e próxima entre a França e a África francófona ficou conhecido pelo termo de France-Afrique.

Porém, com o passar dos tempos, a teia de interesses, nem sempre claros e legais, que se foi estabelecendo entre a França e os países africanos fez com que este termo passasse a ter uma conotação pejorativa. A política externa francesa para África caracterizava-se, igualmente, por intervenções unilaterais em defesa dos interesses franceses.

O apoio francês foi, muitas vezes, decisivo para manter no poder líderes, claramente corruptos, e que mantinham os seus países sob regime ditatorial. Na lógica bipolar, tais regimes eram tolerados na medida em que eram aliados do Ocidente contra os interesses soviéticos.

O conceito France-Afrique começou a perder importância com as presidências de Nicholas Sarkozy e de François Hollande. Ambos os presidentes deram a entender que a França passaria a adotar um novo comportamento em relação à África que passaria por intervenções multilaterais e pelo respeito pelos regimes democráticos. Esta nova atitude seria o fim da France-Afrique.

Porém, apesar destas declarações de intenções, a verdade é que a presidência de Hollande tem mostrado que afinal a France-Afrique está viva e forte. Tal situação ficou demonstrada pela intervenção francesa na Costa do Marfim, Operação Licorne entre 2010 e 2011, intervenção no Mali, Operação Serval, em janeiro de 2013, com o objetivo de travar os avanços dos fundamentalistas islâmicos e pela intervenção na República Centro-Africana (RCA), Operação Sangaris, em 2014, destinada a travar o avanço dos rebeldes do grupo Séléka, também com uma matriz fundamentalista islâmica.

Estas duas últimas operações militares foram fundamentais para travar o avanço dos fundamentalistas islâmicos e receberam, depois, o apoio de outros países. Mas, o que ficou claro é a firme intenção francesa de continuar a ser um ator fundamental no continente africano.

Esta intenção ficou bem patente quando, em julho, o Presidente francês anunciou o fim da operação Serval, operação militar no Mali. Segundo Hollande o fim desta missão significava que o Mali já não era um santuário para grupos terroristas e que a situação estava controlada.

Porém, o fim da operação Serval não significava que a França iria abandonar o Mali. As tropas destacadas para aquele país africano, cerca de 1.500, seriam integradas na nova operação francesa, a Operação Barkhane, nome que deriva das dunas de areia que se deslocam por efeito dos ventos.

A nova operação francesa tem como objetivo combater os grupos terroristas que se movimentam em toda a região do Sahel e do Sahara, abrangendo países como o Mali, Mauritânia, o Níger, o Chade e o Burkina Faso. Segundo o governo francês, esta nova operação visa promover uma reconfiguração da presença francesa em toda a África Ocidental, a fim de melhor responder às ameaças terroristas e aos tráficos de droga e de armas.

Esta forte presença militar francesa no Sahel foi negociada com os países integrantes do G5, Chade, Níger, Mali, Burkina Faso e Mauritânia, que reúne cinco países abrangidos pelo Barkhane e que foi criado há alguns meses por iniciativa da Mauritânia.

O novo sistema terá quatro bases principais. O Chade será o centro nevrálgico, com o grosso das tropas a ficarem sediadas na sua capital, N'Djamena. Será também na capital chadiana que ficarão estacionados os aviões e os helicópteros de combate franceses.

No Chade ainda haverá uma ou duas bases de reabastecimento, uma no norte, em Faya-Largeau e outra em Zouar.

No Níger, ficarão cerca de 300 homens franceses. A Base Aérea da capital, Niamey, abrigará três drones não armados, os aviões de reconhecimento e eventualmente aviões de caça. A França deverá ainda dispor de uma base avançada na região de Madama, perto da fronteira com a Líbia.

No Mali, a França terá uma base em Gao com cerca de mil homens. Também terá uma base avançada em Tessalit, perto da fronteira com Argélia. Finalmente, haverá um contingente de forças especiais dotadas de grande mobilidade que poderão, a qualquer momento,



ser destacadas para alguma das regiões abrangida pela Operação Barkhane. A base de Port-Bouët, em Abidjan, não faz parte da operação Barkhane, mas servirá de base logística e de reserva de tropas em caso de necessidade.

Para além desta Operação, a França ainda manterá as suas bases militares em Djibuti, Libreville e Dakar, embora esteja prevista uma redução dos contingentes em todas elas.



Governo Moçambicano e RENAMO chegam a um Acordo

A 5 de agosto, e após 69 rondas negociais que duraram mais de um ano e meio, o Governo moçambicano e a RENAMO chegaram a um acordo que permitiu pôr fim às hostilidades no país. Este acordo, para além do significado que tem em termos nacionais e que permite que o processo eleitoral de outubro avance, tem forte impacto em termos internacionais, pois ajudará a melhorar a imagem do país junto dos investidores.

As hostilidades saldaram-se em vários mortos, incluindo civis, na deslocação de milhares de pessoas das suas zonas de origem, na interrupção da circulação rodoviária no troço entre o rio Save e Muxúnguè, que liga o Sul e o Norte do país, e na paralisação de várias atividades económicas e sociais, nomeadamente na província central de Sofala.

O acordo alcançado, e que aborda questões relacionadas com os princípios gerais de paz, os termos das garantias de cumprimento do acordado e a composição e funcionamento da missão de observação militar internacional, foi assinado pelo Presidente Guebuza e pelo líder da RENAMO Afonso Dhlakama.

Importante para este resultado final, foi o facto de o Governo ter aceite elaborar uma lei da amnistia, a ser submetida ao parlamento moçambicano, que cobriram as ações levadas a cabo pelas forças da RENAMO contra as forças nacionais durante o período do conflito.

O acordo alcançado em agosto é o culminar de uma crise político-militar que se iniciou quando as relações entre o Governo e o principal partido da oposição se começaram a deteriorar. Este ambiente levou a que Afonso Dhlakama saísse de Nampula, a 17 de outubro de 2012, e regressasse à antiga base do movimento em Satunjira, na serra da Gorongosa, onde começou a treinar elementos da RENAMO.

O propósito de Dhlakama era exercer maior pressão sobre o Governo em Maputo. O líder da RENAMO ficou em Satunjira durante um ano, até que as forças governamentais tomaram a base e o obrigaram a fugir para parte incerta. Desde essa altura, Dhlakama não voltou a ser visto e mesmo as suas comunicações para o exterior foram sempre indiretas.

A partir desse momento foram-se registando inúmeros ataques, sobretudo na Estrada Nacional Nº1, entre a ponte sobre o rio Save e Muxúnguè. Os ataques arrastaram-se durante meses.



A 21 de outubro de 2013, as forças governamentais cercaram e atacaram a base da RENAMO na Gorongosa, onde estava o líder do partido, Afonso Dhlakama. A RENAMO respondeu ao ataque, anunciando o fim do Acordo de Paz de 1992, o que implicava o regresso do país à guerra civil.

Nos meses seguintes os confrontos foram-se intensificando e alastrando a outras províncias do país, nomeadamente a Nampula. Este clima de guerra teve consequências imediatas na diminuição das receitas do turismo e no investimento direto estrangeiro.

Por discordar da lei eleitoral, a RENAMO boicotou as eleições autárquicas de 20 de novembro de 2013. A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) ganhou na maioria dos 53 municípios, mas o partido viu o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) avançar em eleitorados inesperados, como os de Maputo e da Matola, habituais bastiões do partido. O MDM conquistou as cidades da Beira e de Quelimane, as duas cidades em que os edis já eram do MDM. Em dezembro, o MDM ganhou também em Nampula, onde a eleição teve que ser repetida.

Um dos principais pontos de discórdia tinha a ver precisamente com os órgãos eleitorais, Comissão Nacional de Eleições (CNE) e do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), os quais a RENAMO considerava estarem totalmente nas mãos da FRELIMO.

Em fevereiro de 2014, o Governo e a RENAMO chegaram finalmente a um consenso sobre a nova lei da Comissão de Eleições, a qual passou a prever que este órgão passasse a ter 17 membros contra os anteriores 13. Dos 17 membros, cinco serão indicados pelo partido no poder, a FRELIMO, quatro pela RENAMO e um pelo MDM. Os restantes sete membros serão indicados pela sociedade civil. Este foi um importante passo para o consenso final.

A 8 de maio de 2014, o líder da RENAMO, que estava em parte incerta, recenseou-se, tendo sido confirmado como candidato do partido às eleições presidenciais agendadas para 15 de outubro.

A conclusão do Acordo foi facilitada por dois motivos. Por um lado, a RENAMO deixou cair a sua exigência de nomear oficiais seus para os comandos das forças armadas e policiais, bem como ter paridade nas forças especiais. Por outro lado, o aproximar do início da campanha eleitoral, que se iniciou a 1 de setembro, obrigava a RENAMO

a chegar a um acordo de modo a poder circular livremente por todo o país e desenvolver a sua campanha política.

O acordo acabou por ser oficialmente assinado pelo Presidente Armando Guebuza e pelo líder da RENAMO num encontro realizado em Maputo a 5 de Setembro. Apesar do clima de concórdia, na sua intervenção, Afonso Dhlakama acabou por criticar indiretamente a FRELIMO ao referir que o acordo que era assinado acabava com o Estado de partido único, numa crítica à governação da FRELIMO, no poder há 39 anos.

O cumprimento do acordado será agora acompanhado por várias comissões, compostas por elementos nacionais e internacionais, que zelarão pelo respeito do assinado.

O acordo deixa ainda mais descansados os investidores estrangeiros, essenciais para o desenvolvimento dos sectores de minas e hidrocarbonetos e para que o crescimento cumpra a meta estimada, de cerca de 8% para este ano.





Boko Haram Declara criação de Califado

Fruto do sucesso das suas atividades militares na Nigéria, especialmente no norte do país, o líder do movimento Boko Haram, Abubakar Shekau, declarou em finais de agosto, a criação do califado islâmico em Gwoza, um município do estado de Borno no nordeste da Nigéria.

Este anúncio pode indicar uma mudança no modo de atuar do movimento. Até agora, o Boko Haram levava a cabo ações militares contra partes do país, mas não optava pelo controlo físico das áreas atacadas.

A declaração de criação do Califado foi acompanhado pelo anúncio da implementação da Lei islâmica, a sharia, que o Boko Haram pretende alargar a todo o país.

Esta conquista territorial do movimento radical foi facilitada pela incapacidade operacional do exército nigeriano que ofereceu fraca resistência aos ataques, tendo as unidades militares estacionadas na região abandonado os combates.

O Boko Haram intensificou suas ações no nordeste do país, de maioria muçulmana, onde nos últimos tempos conquistou vários territórios perante a falta de preparação do exército nigeriano. Além de Gwoza, os islamitas controlam várias localidades do condado de Madagali, situado no estado de Adamawa junto à fronteira com Camarões.

Na região, os Camarões já estão a ser atingidos pelo incremento das atividades do Boko Haram no seu território, tendo-se assistido ao rapto de vários expatriados e inclusivamente o rapto da mulher do Vice-primeiro-ministro camaronês.

O Boko Haram tem seu reduto espiritual e sua base de operações em Borno, mas atua também nos estados vizinhos de Adamawa e Yobe, onde o governo nigeriano declarou estado de emergência. Apenas neste ano, o grupo islamita assassinou cerca de três mil pessoas e mais de 12 mil desde 2009, segundo os cálculos do governo nigeriano. Simultaneamente, mais de 650 mil pessoas no norte do país tiveram que abandonar as suas casas devido à violência. Outras 70 mil terão já abandonado o país e procurado refúgio nos Camarões e no Níger.

O governo nigeriano reagiu a este ataque lançando uma ampla

ofensiva militar para recuperar esta área. Esta ofensiva contou já com o novo equipamento militar comprado pelo governo e com o apoio de assessores militares norte-americanos.

Esta situação, para além das consequências a nível interno, tem sérias implicações para a estabilidade da África Ocidental. A Nigéria é considerada a potência regional e um dos países mais importantes de África. A sua capacidade financeira, decorrentes das reservas petrolíferas, aliadas ao peso da sua população, a Nigéria é o país mais populoso de África, torna este país essencial na resolução das grandes questões africanas.

No passado, a Nigéria desempenhou um importante papel na resolução de alguns conflitos regionais, apoiando a Comunidade de Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) na criação de missões de paz e enviando importantes contingentes militares para essas missões.

A atual situação vida no norte da Nigéria, aliada à que se vive no sul, nomeadamente no Delta do Níger, pode pôr em causa a própria sobrevivência do estado nigeriano, sendo esta a ameaça mais séria que o país enfrenta desde a guerra civil dos anos 60 do século passado.

Numa situação mais grave, a Nigéria está a correr os mesmos riscos que o Iraque e do que a Síria, podendo mesmo chegar a assistir-se a uma situação que configure uma aliança tácita entre os terroristas que tentam impor um estado islâmico naqueles dois países árabes e o Boko Haram, que já anunciou ter um pacto de atuação conjunta com a Al-Qaeda.

Os recentes acontecimentos na Síria, Iraque, com o aparecimento do Estado Islâmico, e os ataques dos grupos radicais na África Ocidental lançam a suspeita de que existe uma ação internacionalmente concertada entre os diversos grupos terroristas, no sentido de subverter a ordem e instituir estados islâmicos em todo o mundo.

No caso do continente africano, a Nigéria, pela sua extensão territorial e pela diversidade do seu mosaico étnico, seria o ponto de concentração dessas forças, que depois se estenderiam para outros países.

O Presidente nigeriano, Goodluck Jonhathan, que aspira a recandidatar-se nas eleições de fevereiro de 2015, não tem sido capaz de



travar o avanço do Boko Haram, demonstrando claramente a crescente inoperância do exército nigeriano. Um agravamento da situação interna na Nigéria poderá ter como consequências não só maior violência no país, como também o aumento da pobreza, imigração ilegal e atividades criminosas.

Progressivamente, o Boko Haram tem vindo a reforçar a sua atuação, conquistando terreno e cimentado posições já ocupadas ao ponto de, neste momento, representar uma séria ameaça à estabilidade regional e mesmo, até, continental, pelo facto das suas ações poderem ser encaradas como exemplo a seguir por grupos que estão radicados noutros países e que se podem sentir incentivados pela impunidade como tudo está a ser feito.

Alastramento da Epidemia do Ebola

O surto do vírus do Ébola, que teve o seu epicentro na África Ocidental, começou a expandir-se para novos países. Depois de uma fase inicial, em que a comunidade internacional marginalizou o problema, começou a haver reais esforços de coordenação intencionais face ao agravamento da situação. Países como os EUA e o Reino Unido começaram a disponibilizar fundos financeiros aos países afetados. Também a União Europeia começou a apoiar os esforços de combate a esta epidemia.

Se, de início, o surto atingiu a Libéria, Serra Leoa e a Guiné Conacri, numa fase seguinte atingiu a Nigéria, Senegal e a Guiné Equatorial, existindo casos suspeitos em outros países da região.

Para além da África Ocidental, outras regiões do continente poderão em breve estar ameaçadas pelo vírus. Na África Central, a República Democrática do Congo também começou a registar casos de ébola, embora, aparentemente, não tenham nada a ver com o foco da África Ocidental. Na RDC este é já o sétimo surto de ébola, doença que foi identificada pela primeira vez neste país em 1976.

Fora de África, a ameaça parece ser mais reduzida devido a existência de sistemas de saúde mais fortes e há necessidade de se recorrer a viagens aéreas ou marítimas para lá chegar.

O país africano mais atingido pela epidemia é a Libéria, onde a doença, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) está a aumentar exponencialmente. Até Setembro, o ébola já matou na Libéria mais de 700 pessoas.

Nos seres humanos, a principal via de transmissão do ébola é através do sangue, secreções, tecidos de doentes vivos ou cadáveres. A transmissão do vírus ocorre apenas com o início do vírus, sendo que o período de incubação é de 21 dias. Nos principais países afetados, têm sido os profissionais de saúde os que têm sido mais afetados, devido ao seu contacto com os doentes.

Para além dos custos humanos, a epidemia do ébola também consequências catastróficas para os países afetados. O avanço da epidemia, e sobretudo o medo que a mesma está a causar às populações, tem provocado enormes perdas económicas levando mesmo a paralisia dos países afetados.

As decisões de fechar fronteiras, adotadas por muitos países, na tentativa de estancar o avanço da epidemia, provocaram a cessão de circulação de pessoas e bens. A decisão das companhias aéreas de deixar de voar para os países afetados prejudica a mobilidade e o turismo sofreu um sério revés. A atividade agrícola também se está a ressentir com a diminuição da terra trabalhada. Toda esta situação poderá provocar, de acordo com o Fundo Monetário Internacional, uma diminuição de 2% a 3,5% do PIB da África Ocidental este ano.



General António Indjai Exonerado

O Presidente da República da Guiné-Bissau, José Mário Vaz, exonerou, a 15 de setembro, o General António Indjai do cargo de Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) da Guiné Bissau.

António Indjai era vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e passou a liderar os militares guineenses quando a 1 de abril de 2010 destituiu o então CEMGFA, o Almirante Zamora Induta.

O General Indjai foi o responsável pelo golpe militar de 12 de abril de 2012 que depôs o Primeiro-Ministro José Carlos Gomes e o Presidente Raimundo Pereira. Durante mais de dois anos, o General Indjai foi o principal mentor do governo guineense e alvo de críticas e sanções internacionais. Mais do que uma vez, Indjai foi relacionado com o tráfico de droga na Guiné-Bissau.

A 18 de abril de 2013, António Indjai foi acusado pela justiça dos EUA de participação numa operação internacional de tráfico de drogas e armas, acusação que se mantém, recaindo sobre o General um mandado de captura norte-americano.

A acusação surgiu depois do líder da marinha guineense, José Américo Bubo Na Tchuto, ter sido detido dias antes, a 4 de abril, em águas internacionais, perto de Cabo Verde, por uma equipa da agência de combate ao tráfico de droga norte-americana, juntamente com outros quatro guineenses. Bubo Na Tchuto foi acusado de estar envolvido numa rede de importação de droga para os Estados Unidos,

Com a realização das eleições na Guiné Bissau, no passado mês de abril e a tomada de posse do novo Parlamento, Governo e Presidente da República, o país regressou à ordem constitucional.

Não deixou de causar estranheza, nomeadamente em termos internacionais, que as novas autoridades de Bissau mantivessem no cargo o homem responsável pelo golpe militar. Tal manutenção podia ser entendida como uma fraqueza dos novos responsáveis políticos, que estariam, assim, reféns do poder militar.

Se assim fosse, a tão proclamada e necessária reforma do sector da defesa estava seriamente comprometida. Vários parceiros internacionais da Guiné-Bissau já tinham manifestado o desconforto com tal situação. Se ela se mantivesse, seria difícil a normalização das relações com as novas autoridades e o retomar de toda a cooperação suspensa na sequência do golpe.

Este anúncio veio, no entanto, a alterar a situação e a dar esperanças de que o poder político consiga, efetivamente, controlar o poder militar. Esta decisão foi muito bem recebida pelos parceiros internacionais da Guiné Bissau, com a União Europeia a considerar ser um passo decisivo para a estabilização do país.

Para lugar do General Indjai foi nomeado o General Biaguê Nan Tan, o qual desempenhava até agora o cargo de chefe da casa-militar da Presidência da República. Nan Tan, de etnia balanta, tal como Indjai, é um oficial tido como um amigo do presidente guineense.

As Missões da ONU em África

Das 16 Missões de Paz que a ONU tem em curso em 2014, 9 são em África. Estas missões foram criadas para apoiar os países e territórios abrangidos a ultrapassarem crises de instabilidade, conflito e apoiar a normalização da situação no terreno.

Estas missões, nas quais participam 122 países, envolvem os seguintes recursos humanos:

- 83.327 tropas e observadores militares;
- 11.420 Polícias;
- 5.323 Pessoal internacional civil;
- 11.954 Pessoal local civil;
- 1.798 Voluntários da ONU.

Neste momento as missões em curso em África são as seguintes:

MINURSO (United Nations Mission for the Referendum in Western Sahara)

Esta Missão foi criada a 29 de abril de 1991, com vista a apoiar a preparação do referendo no Sara Ocidental destinado a decidir o futuro do território, que passaria pela independência ou a autonomia dentro de Marrocos. Dificuldades sobre como o processo deverá decorrer, nomeadamente sobre quem poderá votar, tem feito com que o processo se arraste.



Neste momento, a MINURSO é composta por 231 militares, 91 civis internacionais, 170 civis locais e por 13 voluntários da ONU. Estes elementos são oriundos de diversos países, nomeadamente da Alemanha, Argentina, Áustria, Bangladesh, Brasil, China, Coreia, Croácia, Djibouti, Egito, El Salvador, França, Gana, Guiné, Honduras, Hungria, Líbano, Índia, Irlanda, Itália, Malawi, Malásia, Mongólia, Nepal, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Peru, Polónia, Rússia, Sri Lanka e Togo.

MINUSMA (The United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali)

A MINUSMA foi criada a 25 de abril de 2013 com vista a apoiar os esforços do governo de Bamako na estabilização do país na sequência da guerra civil que atingiu o país desde abril de 2012. O avanço de grupos muçulmanos radicais, com apoio da Al-Qaeda do Magrebe Islâmico fez com houvesse uma intervenção militar francesa em apoio ao governo central. Esta intervenção, assim como o reforço do apoio ao exército maliano fez parar a ofensiva e permitiu recuperar as zonas do país ocupadas pelos rebeldes.

A MINUSMA foi criada para dar apoio ao plano de transição e de estabilização do país. Tem atualmente 9.132 militares, 476 civis internacionais, 369 civis locais e 91 voluntários das Nações Unidas.

Nesta missão estão envolvidos os seguintes países: Alemanha, Bangladesh, Benim, Burkina Faso, Camboja, Chade, China, Costa do Marfim, Dinamarca, EUA, Estónia, Finlândia, França, Gambia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Holanda, Líbano, Itália, Jordânia, Quênia, Libéria, Nepal, Níger, Nigéria, Noruega, República Dominicana, Reino Unido, Ruanda, Senegal, Serra Leão, Suécia, Suíça e Togo.

UNMIL (The United Nations Mission in Liberia)

A UNMIL foi criada em 2003 com o objetivo de apoiar a implementação do cessar-fogo estabelecido no acordo de paz que pôs fim à guerra civil no país. A chamada segunda guerra civil na Libéria travou-se entre 199 e 2003 e opôs o governo de Charles Taylor a dois movimentos rebeldes, o Liberians United for Reconciliation and Democracy (LURD), que atuava no norte do país, e o Movement for Democracy in Liberia (MODEL), que atuava no sul.

Paralelamente, esta missão também por objetivo proteger o pessoal da ONU e apoiar as atividades de cariz humanitário.

A UNMIL é composta por 6.020 militares, 398 civis internacionais, 860 civis nacionais e 288 voluntários das Nações Unidas. Os países que contribuem com recursos humanos para esta missão são: Bangladesh, Benim, Bolívia, Brasil, Bulgária, China, Coreia, Croácia, Dinamarca, Equador, Egito, El Salvador, Etiópia, EUA, Finlândia, Gambia, Gana, Líbano, Indonésia, Jordânia, Quênia, Malásia, Moldávia, Montenegro, Namíbia, Nepal, Níger, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Peru, Filipinas, Polónia, Roménia, Rússia, Senegal, Sérvia, Togo, Ucrânia, Zâmbia e Zimbábue.

UNOCI (The United Nations Operation in Côte d'Ivoire)

A UNOCI foi criada a 27 de fevereiro de 2004 com o objetivo de apoiar a implementação do acordo de paz que pôs fim à guerra civil em janeiro de 2003. Uma das ações mais importantes da UNOCI foi a de apoiar ao governo de Abidjan no desarmamento, desmobilização e reintegração dos antigos rebeldes e proceder à reforma do sector da defesa.

A guerra civil de Costa do Marfim iniciou-se em setembro de 2002 quando rebeldes, vindos do Burkina Faso, tentaram tomar o controlo da capital do país, Abidjan, e das cidades de Bouaké e Korhogo. Os rebeldes não conseguiram tomar Abidjan mas ocupam as outras duas cidades, respetivamente no centro e no norte do país. O governo do Presidente Laurent Gbagbo contou com o apoio militar francês para travar este avanço e para manter-se no poder.

A UNOCI conta atualmente com 8.444 militares, 371 civis internacionais, 745 civis locais e 140 voluntários das Nações Unidas. Estes recursos humanos são oriundos dos seguintes países: Bangladesh, Benim, Bolívia, Brasil, Camarões, Chade, China, Equador, Egito, Espanha, Etiópia, França, Gana, Guatemala, Guiné, Líbano, Índia, Irlanda, Jordânia, Malawi, Marrocos, Namíbia, Nepal, Níger, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Peru, Filipinas, Polónia, Coreia, Moldávia, România, Rússia, Senegal, Sérvia, Togo, Tunísia, Uganda, Ucrânia, Tanzânia, Uruguai, Zâmbia e Zimbábue.

MINUSCA (United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic)

A MINUSCA foi criada em abril de 2014 com o objetivo de, na sequência do conflito armado que atingiu o país, proteger a população e apoiar o processo de transição no país.



O conflito na República Centro Africana (RCA) opôs os rebeldes do movimento Séleka às forças governamentais lideradas pelo Presidente François Bozizé. Após o derrube do Presidente Bozizé, o Seléka lançou o país num conflito religioso entre muçulmanos e cristãos que se traduziu numa espiral de violência. A intervenção externa, nomeadamente francesa, permitiu que se alcançassem tréguas entre as duas partes, mas o clima de tensão e de desconfiança manteve-se.

Apesar de estar prevista na constituição da MINUSCA um contingente militar de cerca de 12 mil militares, neste momento a mesma só tem 636, maioritariamente franceses, 67 civis internacionais, 77 civis locais e 9 voluntários das Nações Unidas. Os países contribuintes para esta missão são o Benim, a França, a Indonésia, Marrocos e o Ruanda.

MONUSCO (United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo)

A MONUSCO foi criada em julho de 2010 para suceder a uma outra missão da ONU, a MONUC (the United Nations Organization Mission in Democratic Republic of the Congo).

A MONUSCO recebeu um mandato que a autoriza a utilizar todos os meios necessários com vista a proteger a população civil, as equipas de ajuda humanitária e no apoio ao governo de Kinshasa nos seus esforços de estabilização do país.

A ONU tem estado presente na RDC desde praticamente a sua criação. Têm sido várias as missões da ONU no país com o objetivo de ajudar a controlar os diversos conflitos que o país vive. Esta realidade é particularmente visível desde a queda do regime de Mobutu Sese Seko. Fruto da estreita ligação com o Ruanda, o norte do país tem sido assolado pela atividade de vários grupos rebeldes que, ou por motivos políticos ou por motivos económicos, têm levado a cabo ações militares.

A MONUSCO conta com um contingente militar de 21.187 militares, os quais são oriundos de diversos países, nomeadamente da África do Sul, Argélia, Bangladesh, Bélgica, Benim, Bolívia, Brasil, Burkina Faso, Camarões, Canadá, China, República Checa, Egito, EUA, França, Gana, Guatemala, Guiné, Líbano, Índia, Indonésia, Irlanda, Jordânia, Quênia, Malawi, Malásia, Mali, Mongólia, Marrocos, Nepal, Níger, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Perú, Polónia, Roménia,

Reino Unido, Rússia, Senegal, Sérvia, Sri Lanka, Suécia, Suíça, Tanzânia, Tunísia, Ucrânia, Uruguai e Zâmbia.

UNISFA (The United Nations Interim Security Force for Abyei)

A UNISFA foi criada a 27 de junho de 2011 com a missão de criar uma zona de segurança à volta da região Abyei, a qual se situa entre o Sudão e o Sudão do Sul. A zona em causa foi palco de fortes confrontos militares entre o exército do Sudão do Sul e rebeldes apoiados pelo regime de Cartum.

Este conflito surgiu na sequência da separação do Sudão do Sul do Sudão. Embora esta separação tenha sido feita por mútuo acordo, na sequência do referendo de janeiro de 2011, no qual a população do sul se manifestou esmagadoramente favorável à independência. Porém o processo de separação não foi pacífico nomeadamente no que se refere à delimitação de fronteiras.

A região de Abyei ficou no sul e é muito rica em petróleo. Alegadamente o norte terá patrocinado um movimento rebelde nesta região, com vista a retirá-la da influência do Sudão do Sul.

A UNISFA tem um contingente militar de 4.109 militares, 115 civis internacionais, 39 civis locais e 22 voluntários das Nações Unidas. Estes recursos humanos são oriundos dos seguintes países: Benim, Bolívia, Brasil, Burkina Faso, Burundi, Camboja, Equador, El Salvador, Etiópia, Gana, Guatemala, Guiné, Líbano, Índia, Indonésia, Malawi, Malásia, Mali, Mongólia, Moçambique, Namíbia, Nepal, Nigéria, Paraguai, Perú, Rússia, Ruanda, Serra Leoa, Sri Lanka, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

UNAMID (African Union /United Nations Hybrid Operation in Darfur)

A UNAMID foi criada em julho de 2007 com vista a proteger as populações civis e apoiar o processo de paz. Paralelamente, a esta missão também tem como objetivo o controlo da situação na fronteira entre o Sudão (na região do Darfur) e os Camarões e o Chade.

A região do Darfur tem assistido a um brutal conflito entre os rebeldes que combatem o regime de Cartum. A região tem sido particularmente atingida por ataques da aviação sudanesa e pela ação das milícias pró-governamentais janjaweed. A violência do conflito fez com que o Darfur vivesse uma verdadeira calamidade humanitária.

A UMANID conta com um contingente militar de 15.363 militares, 1.044 civis internacionais, 2.938 civis locais e 313 voluntários das Nações Unidas. Os países que contribuem para esta missão são os seguintes: Bangladesh, Bolívia, Brasil, Burkina Faso, Burundi, Camboja, Equador, El Salvador, Etiópia, Gana, Guatemala, Guiné, Líbano, Índia, Indonésia, Malawi, Malásia, Mali, Mongólia, Moçambique, Namíbia, Nepal, Nigéria, Paraguai, Perú, Rússia, Ruanda, Serra Leoa, Sri Lanka, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

UNMISS (United Nations Mission in the Republic of South Sudan)

A 9 de Julho de 2011 o Sudão do Sul ascendeu à independência. Apesar desta independência, a situação no Sudão no Sul manteve-se muito tensa, nomeadamente no seu relacionamento com o Sudão.

Perante tal realidade, o Conselho de Segurança da ONU decidiu criar a UNMISS com a missão de consolidar a paz e a segurança no país. Para além do relacionamento com o regime de Cartum, o governo de Juba tem que enfrentar o conflito na região de Abyei e o conflito interno entre as forças governamentais leais ao Presidente Salva Kiir e as forças leais ao antigo Vice-presidente Riek Machar.

A UNMISS conta com 11.389 militares, 931 polícias, 842 civis internacionais, 1.347 civis nacionais e 384 voluntários das Nações Unidas. Estes recursos humanos são oriundos dos seguintes países: Alemanha, Austrália, Bangladesh, Bielorrússia, Benim, Bolívia, Brasil, Camboja, Canada, China, Coreia, Dinamarca, Egipto, El Salvador, EUA, Fiji, Gana, Guatemala, Guiné, Holanda, Líbano, Índia, Indonésia, Japão, Jordânia, Quênia, Mali, Mongólia, Namíbia, Nepal, Nigéria, Nova Zelândia, Noruega, Papua Nova Guiné, Paraguai, Peru, Polónia, Reino Unido, Roménia, Ruanda, Rússia, Senegal, Suécia, Suíça, Sri Lanka, Tanzânia, Timor-Leste, Togo, Uganda, Ucrânia, Vietnam, Zâmbia e Zimbábue.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA
Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica
Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação
Porta de Comunicação

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05